1746 - Trabalho Completo - XII ANPEd-SUL (2018)
Eixo Temático 05 - Educação e Infância

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ATRAVESSAMENTOS DISCURSIVOS REFERENTES AO CORPO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Rita de Cassia Portella - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
Patrícia Santos Anflor - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
Rochele da Silva Santaiana - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

RESUMO

Este trabalho integra duas pesquisas de Mestrado em Educação que articulam possibilidades de como documentos normativos na formulação de currículos enfocam questões do desenvolvimento de crianças da Educação Infantil ao abordar sexualidade na corporeidade. Objetiva discutir o que a Base Nacional Comum Curricular aponta nos campos *Eu, o outro e o nós* e *Corpo, gestos e movimentos* (BRASIL, 2017, p. 25) tornando visíveis ou invisíveis práticas e entendimentos do corpo e da sexualidade infantil. Ao problematizar *Que discursos podem ser visibilizados na BNCC da Educação Infantil quanto ao corpo e sexualidade?* apontamos que o estudo entende as infâncias como historicamente conformadas por ideais, frutos de mecanismos de subjetivação trazidos pela Modernidade que constroem-se sob binarismos e classificações. Apoiados nas teorizações foucaultianas, no campo pós-estruturalista e em autores da infância, investimos nos discursos instituídos pela Base Nacional Comum Curricular, tendo o documento como superfície analítica. Permitimo-nos dizer que preceitos como integralidade, igualdade, diversidade e equidade integram um discurso que se deseja amplamente verdadeiro, num enfraquecimento de discussões voltadas ao corpo e sexualidade.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: ATRAVESSAMENTOS DISCURSIVOS REFERENTES AO CORPO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RESUMO

Este trabalho integra duas pesquisas de Mestrado em Educação que articulam possibilidades de como documentos normativos na formulação de currículos enfocam questões do desenvolvimento de crianças da Educação Infantil ao abordar sexualidade na corporeidade. Objetiva discutir o que a Base Nacional Comum Curricular aponta nos campos *Eu, o outro e o nós* e *Corpo, gestos e movimentos* (BRASIL, 2017, p. 25) tornando visíveis ou invisíveis práticas e entendimentos do corpo e da sexualidade infantil. Ao problematizar *Que discursos podem ser visibilizados na BNCC da Educação Infantil quanto ao corpo e sexualidade?* apontamos que o estudo entende as infâncias como historicamente conformadas por ideais, frutos de mecanismos de subjetivação trazidos pela Modernidade que constroem-se sob binarismos e classificações. Apoiados nas teorizações foucaultianas, no campo pós-estruturalista e em autores da infância, investimos nos discursos instituídos pela Base Nacional Comum Curricular, tendo o documento como superfície analítica. Permitimo-nos dizer que preceitos como integralidade, igualdade, diversidade e equidade integram um discurso que se deseja amplamente verdadeiro, num enfraquecimento de discussões voltadas ao corpo e sexualidade.

Palavras chaves: Educação Infantil, Sexualidade, Base Nacional Comum Curricular

ABSTRACT

This paper integrates two Master's studies in Education that articulate possibilities of how normative documents in the formulation of curricula focus issues of the development of children of the Infant Education when approaching sexuality in the corporeity. It aims to discuss what the National Curricular Common Base points out in the fields I, the other and the nodes and Body, gestures and movements (BRAZIL, 2017, p.25) making visible or invisible practices and understandings of the body and the child sexuality. When discussing What discourses can be seen in the BNCC of Childhood Education regarding body and sexuality?, We point out that the study understands childhood as historically shaped by ideals, fruits of subjectivation mechanisms brought by Modernity that are built under binarisms and classifications. Based on the Foucaultian theorizations, in the poststructuralist field and in children's authors, we invested in the discourses instituted by the National Curricular Common Base, with the document as an analytical surface. It allows us to say that precepts such as integrality, equality, diversity and equity are part of a discourse that is desired to be truly true, in a weakening of discussions focused on the body and sexuality.

Keywords: Childhood Education, Sexuality, National Curricular Common Base

DO GOVERNAMENTO DAS INFÂNCIAS

As crianças e as discussões sobre as infâncias fazem parte do nosso cotidiano, já que estamos profissionalmente envolvidas com elas e com os adultos que com elas interagem, sejam eles docentes, familiares, representantes de instituições que lidam com a população infantil e redes municipais de ensino. Por isso nos autorizamos a dizer que escutamos, vemos e conhecemos muitas explicações e defesas sobre qual é a infância ideal, como ela deve ser educada e como, curricularmente, a Educação Infantil precisa ser organizada.

Vemos que, sob diversos aspectos, as infâncias são conformadas por certos ideais, frutos de mecanismos de subjetivação trazidos pela Modernidade e sendo, desde então, construídas sob binarismos e classificações. Classificações que posicionam a criança como aprendente, não-aprendente, boa, ruim, saudável, doente, protegida, de classe popular... feminina e masculina... enfim, são muitos os olhares que concebem as múltiplas infâncias. Historicamente as políticas do campo da assistência, saúde e educação vêm produzindo discursos e saberes sobre a população infantil e como exercer o governamento[1] dessa população.

Destacamos que este trabalho se distancia de uma visão única de infância, por isso pensamos em múltiplas infâncias. Procuramos nos afastar de uma ideia de infância ingênua, pura, que precisa ser protegida e educada pelos adultos. Essa visão, de forma muito forte, se naturalizou como sendo o estado normal de ser criança e a ela ainda nos remetemos invariavelmente. O que é importante destacar é que da Idade Média até a Modernidade houve a criação de uma noção de infância, tal qual a conhecemos até hoje. Isto é efeito de uma ideia instauradora sobre o que seja a infância, que foi se "afirmando cada vez mais em épocas como o Renascimento, para se consolidar a partir do Século das Luzes" (DORNELLES, 2005, p. 14).

Este trabalho, amparado em autores como Michel Foucault do campo do pós-estruturalismo, assim como autores que discutem infância e Educação Infantil, procura realizar uma discussão sobre a implementação da Base Nacional Comum Curricular[2] com foco na área da Educação Infantil. Trata-se de um recorte de duas pesquisas de Mestrado em andamento que articulam as discussões curriculares sobre a Educação Infantil e as questões de gênero e sexualidade que partem da seguinte problematização: Que discursos podem ser visibilizados na Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil quanto ao corpo e sexualidade?

Metodologicamente este artigo se organiza evidenciando especificamente os dois primeiros campos de experiência da BNCC[3] para a Educação Infantil: o primeiro, intitulado *O eu, o outro e o nós*; o segundo chama-se *Corpo, gestos e movimento*. Na perspectiva dos estudos foucaultianos realizamos um investimento nos discursos instituídos pela BNCC, focando nas questões de sexualidade na corporeidade. Tomando o documento como superfície analítica trabalhamos nas visibilidades e invisibilidades que ele evidencia, apontando perspectivas e direcionamentos para o trabalho com o corpo e sexualidade infantis. Entendemos que a justificativa principal deste estudo é detectar que práticas na Educação Infantil são sancionadas como boas e saudáveis para a infância de 0 a 5 anos e quais são excluídas pelo direcionamento do documento, oficializando determinadas infâncias como as esperadas que sejam formadas na Escola de Educação Infantil.

Os discursos que oficializam[4] determinadas infâncias, principalmente os produzidos pelas políticas públicas e curriculares, articulam formas de como conduzir a conduta dos infantis. Os discursos, segundo Foucault, se revestem de uma "série de finalidades específicas, que são o próprio objetivo do governo" (FOUCAULT, 2003, p. 284). Essa lógica é também visível nas estratégias discursivas que visam o governamento da infância na recém instituída BNCC.

O CORPO INFANTIL E A BNCC

A BNCC é foco das discussões que se alastram pelo cenário educacional brasileiro, fazendo parte de rodas de conversas, reuniões e sistemáticas de estudos dos mais diferentes grupos de docentes do país. No âmbito dos discursos surge o documento norteador que implicará nas propostas curriculares como referência para elaboração do currículo das escolas, definindo o conjunto orgânico progressivo das aprendizagens essenciais e indicando os conhecimentos e competências que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade. A BNCC se baseia nas diretrizes curriculares nacionais da educação básica e soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para formação integral, reconhecendo que a educação básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica romper com visões reducionistas que privilegiam a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva, ou ainda, que confundem "educação integral com educação ou escola em tempo integral" (BRASIL, 2017)

A BNCC trata a incorporação da Educação Infantil nas suas demandas com um enfoque positivo: "mais um importante passo é dado nesse processo histórico de sua integração ao conjunto da Educação Básica"[5] (BRASIL, 2017, p. 32). Segundo a versão final do documento, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento devem ser assegurados para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. (BRASIL, 2017, p. 23). De acordo com os eixos estruturantes das práticas pedagógicas nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009) são as interações e brincadeiras, experiências por meio das quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos através de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

O que não vem passando despercebido no documento são algumas ausências, como o professor Júlio Furtado apresenta em sua coluna para o jornal O Dia, datada de 21 de abril último passado, fazendo uma análise que nos importa: "A Base Nacional já chega em meio a críticas e resistências. As principais ocorrem porque a BNCC [...] não consolidou as questões de gênero como conteúdo obrigatório [...] nas escolas públicas." (Jornal *O Dia*, 21/04/2018)[6]. Observamos que nesta terceira (e escolhida) versão da BNCC já não aparecem as questões de "identidade de gênero" e "orientação sexual", que podiam ser brandamente observadas nas versões anteriores. O documento traz a palavra *sexualidade* seis vezes, no transcorrer de suas 396 páginas. Na introdução, a palavra aparece numa alusão a Resolução CNE/CEB nº 7/2010 (BRASIL, 2017, p. 13). No capítulo 3, reservado à Etapa da Educação Infantil, a palavra não aparece em nenhum dos subcapítulos. Volta a fazer parte de conteúdos elencados, de forma superficial, quando tratar-se de abordagens para alunos das séries finais do ensino fundamental (BRASIL, 2017, p. 56, 165, 279, 300, 301). A palavra sexo aparece duas vezes: na introdução (ibidem, p. 11) enquanto marcador social, e na descrição de conteúdos do componente *Ciências*, subgrupo Vida e Evolução para o 5º anos, tratando da elaboração de cardápios baseados em necessidades biológicas distintas (ibidem, p. 293). *Gênero*, enquanto categoria de análise, surge em doze oportunidades: na introdução e entre as páginas 56 e 381 do documento. Em nenhuma de suas aparições fez-se alusão ao gênero na Etapa Educação Infantil.

Ao estabelecer cinco campos de experiências para a Educação Infantil, a saber:*O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Oralidade e escrita; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações* (BRASIL, 2017, p. 23), o documento considera-os como direitos de aprendizagem e desenvolvimento infantis. Chamamos atenção para os dois primeiros títulos, por entendermos que seriam estes os espaços para que o documento especificasse uma tomada de direção na educação para a sexualidade deste corpo infantil. Como nos lembra Jane Felipe:

> As narrativas contidas no currículo, de maneira explícita ou não, corporificam noções muito particulares sobre o conhecimento, as formas de organização da sociedade e diferentes grupos sociais, estabelecendo, por exemplo, qual o conhecimento que pode ser considerado legítimo, quais as formas de conhecer que são válidas, etc. Tais narrativas contidas no currículo trazem embutidas noções sobre quais os grupos sociais legitimados, a ponto de poderem representar a si e aos outros ou ainda quais os grupos sociais que são apenas representados ou até mesmo totalmente excluídos de qualquer representação. (FELIPE, 2016, p. 2)

A sexualidade infantil não é um algo inexistente. Autores como Louro (2014) e Felipe (2000), Carvalho e Guizo (2016) apontam para uma construção da sexualidade infantil pautada no controle sobre as condutas infantis. Os discursos de cuidado e de controle são por eles mesmos, discursos sobre a sexualidade e são referência primordial no processo de produção das verdades e subjetividades dos corpos. O

projeto de uma ciência do sujeito começou a gravitar em torno da questão do sexo. A causalidade no sujeito, o inconsciente do sujeito, a verdade do sujeito no outro que sabe, o saber daquilo que ele próprio ignora, tudo isso podemos ver desenrolar-se no discurso do sexo. Contudo, não devido a alguma propriedade natural, inerente ao próprio sexo, mas em função das táticas de poder imanentes a tal discurso (FOUCAULT, 1980, p. 68-69). Em termos documentais a BNCC nos remete a um corpo infantil que interage, se solidariza, tem limites e deve explorá-los, comunica-se, reconhece sensações, tem afetos, gera espaços e desloca-se, aprende o autocuidado e a autonomia.

> As aprendizagens se tornam mais complexas à medida que a criança cresce, requerendo a organização das experiências e vivências em situações estruturadas de aprendizagem. Um intenção educacional preside as práticas de orientação da criança para o alimentar-se, vestir-se, higienizar-se, brincar, desenhar, pintar, recortar, conviver com livros e escutar histórias, realizar experiências, resolver conflitos e trabalhar com outros. A construção de novos conhecimentos implica, por parte do educador, selecionar, organizar, refletir, planejar, medir e monitorar o conjunto das práticas e interações. (BRASIL, 2017, p.35)

Atravessado pela norma que o gerou, a este corpo foram instituídos títulos, dando-lhe sentido social. Os corpos infantis pautados pela BNCC deparam-se com uma descrição que faz deles destituídos de subjetivações e construções da ordem da sexualidade, e esta ideia nos remete a uma Educação Infantil voltada a um projeto de corpo infantil assexuado. Mas mesmo quando invisibilizada, a sexualidade é um dos componentes da identidade do indivíduo, "[...] envolve rituais, linguagens, fantasias, símbolos, convenções..." (LOURO, 2015, p. 11), identidade esta codificada através do gênero, moldada através de redes de poder. Foucault procurou saber quais foram os efeitos de subjetivação a partir da existência de discursos que pretendiam dizer uma verdade para os sujeitos sobre eles mesmos. Sobre isso, ele questionou:

> Através de quais jogos de verdade o homem se dá seu ser próprio a pensar quando se percebe como louco, quando se olha como doente, quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando ele se julga e se pune enquanto criminoso? Através de quais jogos de verdade o ser humano se reconheceu como homem de desejo? (FOUCAULT, 1984, p. 13).

Assim parece-nos que a competência norteadora do documento sugerindo a valorização da diversidade de vivências corporais falha ao não tornar transparente de que corpo estamos falando. Os gestos e os movimentos que devem ser explorados para a aplicação dos preceitos desta BNCC estão relacionados a história de um corpo sexualmente oculto. E não há uma definida programação de efeitos sobre esta invisibilidade. Ou temos uma vertente educacional de corpos assexuados? E estaríamos, de fato, prontos para trabalhar a identidade de gênero neutra?

Na perspectiva aqui colocada, a subjetividade está estreitamente relacionada às relações de poder. Acreditamos que a BNCC produz um discurso sobre o corpo infantil e sobre o que é considerado adequado e produtivo em termos de desenvolvimento das crianças de 0 a 5 anos. Os processos de subjetivação perpassam o investimento discursivo da Base instituindo 'sobre o que' se deve aprender, o que precisa ser desenvolvido, visando o controle e adequação do uso deste corpo infantil em momentos de cuidado, brincadeiras e jogos, escuta, atividades artísticas, entre outras possibilidades. (BRASIL, 2017, p.42).

> Com o corpo (por meio de sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço, os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. (BRASIL, 2017, p.36)

Enfoca-se a necessidade das crianças demonstrarem valorização das características de seu corpo, nas diversas atividades das quais participa e em momentos de cuidado de si e do outro (BRASIL, 2018, p.42). Esta mesma valorização não dá pistas do que já é uma realidade afirmativa em termos de sexualidade para este indivíduo. Uma construção social associada ao time de futebol, ao gosto por cozinhar, ao tratamento dado às bonecas é uma característica da infância, e mesmo a necessidade de rejeitar os determinismos biológicos não faz destas constituições partes invisíveis deste pequeno ser social.

Na BNCC não existe subjetividade fora de um discurso que a produz como tal, considerando o silenciamento da sexualidade e da corporeidade na etapa da Educação Infantil. Assim, na BNCC o corpo aparece, existe como superfície de aprendizagem, que apropria-se de gestos e movimentos de sua cultura e no cuidado de si.

O CORPO INFANTIL: PENSANDO CONTEMPORANEAMENTE

Autenticidade e originalidade são conceitos discutíveis na perspectiva deste estudo e remetem a uma infância pura e ingênua, por isso não nos arriscamos a tomar eles nesse artigo. As infâncias que habitam a Educação Infantil e sua sexualidade podem ser tomadas enquanto autênticas dentro de seu processo de crescimento, mas que as relações culturais, sociais e a ortopedia social vão paulatinamente constituindo de acordo com ditames e padrões sociais. Com os de binarismos encontrados em afirmações como *isso é feio, isso é bonito, isso é certo, isso não é correto*, a sociedade impõe uma visão da vida adulta. Para Foucault, a sexualidade não é um dado da natureza, mas o nome de um dispositivo histórico, datado da metade do século XVIII: o dispositivo de sexualidade. Trata-se de uma rede trançada por um conjunto de práticas, discursos e técnicas de estimulação dos corpos, intensificação dos prazeres e formação de conhecimentos (FOUCAULT, 1980, p.100)

Historicamente, a sexualidade infantil tornou-se alvo de preocupação e controle, necessitando ser constantemente monitorada, desde o surgimento da população (FOUCAULT, 2008). Mas não se tratava de silenciar, e sim de delegar e instituir os portadores, aqueles a quem o discurso sobre o sexo era permitido. As crianças não poderiam falar sobre sexo, mas outras pessoas falavam, e o tornavam presente (FOUCAULT, 2015). Jogos de punição e responsabilidades, separações nos arranjos arquitetônicos: para um melhor governo dos corpos infantis, deveria ser ministrada uma educação calcada na formação de bons hábitos (morais e físicos, passando inclusive pela higienização do corpo). A educação sexual deveria se dar de forma discreta e comedida, principalmente na tentativa de perceber e categorizar as possíveis tendências "viciosas" das crianças. (FILIPE, 2000, p. 127). Para Foucault, o poder não atua apenas oprimindo ou dominando as subjetividades, mas, principalmente, participando do seu processo de construção. "Por que nas escolas não se ensina somente a ler, mas se obrigam as pessoas a se lavar?" (FOUCAULT, 1996, p. 119). Nos remetemos à resposta de Santaiana:

> Talvez porque a escola é uma maquinaria produtiva em transformar indivíduos em sujeitos, capturar subjetividades e moldá-las num permanente jogo de visibilidade, entre como é bom se adotarmos tais políticas de prevenção, e como isso pode ser maléfico se não o fizermos. (SANTAIANA, 2015, p. 139).

Eis aí o ponto onde subjetividade e poder se cruzam. Quando trata da produção de subjetividades enquanto instâncias de operacionalidade, Deleuze expõe que algumas "escapam dos poderes e dos saberes de um dispositivo para colocar-se sob os poderes e os saberes de outro,

em outras formas ainda por nascer" (DELEUZE, 1990, p. 3). E este "escapar" é um enfoque que passa invisibilizado pela BNCC.

A construção de papéis de gênero padronizados responde muitas vezes às expectativas das famílias, pois fabricam sujeitos e suas sexualidade, constituídas tanto com palavras, imagens, rituais e fantasias, como com o corpo (WEEKS, 1993, p. 6). Traçada como expectativa no governamento dos corpos e assegurada pela subjetivação da importância deste controle por parte das famílias, a sexualidade infantil perpassa a história. Algumas tendências pedagógicas dão-lhe maior importância, outras a querem invisível e inquestionável, e este constante 'ir e vir' dos discursos se constrói junto com as mudanças sociais. Conforme nos lembra Louro (2014), nossa busca por respostas nunca é desinteressada: o caráter normativo do controle corporal dado através de um conhecimento subjetivo que não contempla a sexualidade, embasado tão somente no caráter biológico, mantém a distinção binária de papéis; portanto, precisa ser problematizado na escola. "Seja no âmbito do senso comum, seja revestido de uma linguagem "científica", a distinção biológica serve para compreender - e justificar - a desigualdade social." (LOURO, 2014, p. 24-25).

Ora, todos os saberes e conteúdos consolidados como pertinentes à educação são produzidos em estratégias e relações de poder (SEFFNER, 2017). Fatos e contextos mudam, e transformam a realidade destes conteúdos. Negar determinados conteúdos também é uma forma de reelaboração. Temas "identidade de gênero" e "orientação sexual" entram e saem, como que em disputa, dos livros didáticos[7], planos de ensino, Parâmetros Curriculares Nacionais e das formações de professores. Dito isto, vemos projetos de lei como o movimento Escola Sem Partido e seus pares ideários lutando contra uma possível apologia à "ideologia de gênero" (REIS e EGGERT, 2017), o que junto a outras iniciativas da bancada religiosa do congresso, fez com que planos de educação de diversos estados e municípios excluíssem de suas pautas a alusão à educação para sexualidade[8] (SEFFNER, 2016). A partir de uma normatividade expressa em discurso, carregada de construções conceituais pautadas em estereótipos é que vêm sendo norteados os trabalhos de elaboração e organização de normativas educacionais, entre eles a BNCC.

Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para submissão. (BRASIL, 2017, p. 37) Percebemos que no excerto retirado da organização dos campos de experiência, nossas identidades não são dadas, de antemão, por determinismos biológicos. Ao contrário, masculinidades, feminilidades, sexualidades são produzidas nos sujeitos e em seus corpos, por atos aprendidos, repetidos e treinados, como efeito de normas e de discursos proferidos por instituições como a igreja, a família, a escola, a mídia, entre outras. É importante salientar que, desde as lentes teóricas que adotamos, não há identidades inatas e originais, as identidades de gênero e de sexualidade são um eterno fazer e não se resumem ao binarismo "masculino–feminino". (CARVALHO, GUIZZO,2016)

As construções identitárias voltadas ao corpo e sexualidade infantis poderiam, no entanto, estar sendo conduzidas por uma certa instabilidade na norma. Segundo Judith Butler,

> são as instabilidades, as possibilidades de rematerialização [...] que marcam um domínio no qual a força da lei regulatória pode se voltar contra ela mesma para gerar rearticulações que colocam em questão a força hegemônica daquela mesma lei regulatória." (BUTLER, 2015, p. 154)

A possibilidade de a sexualidade contemporânea não estar devidamente amparada na norma, possivelmente circulando numa transitoriedade normativa, pode estar desencadeando processos que culminam na incerteza de redatores, no momento da elaboração de documentos. A reportagem do New York Times intitulada "In Sweden's Preschools, Boys Learn to Dance and Girls Learn to Yell" de Ellen Barry, reproduzida no Brasil pelo site UOL no último dia 1º de abril apresenta-nos um interessante dilema: se a Suécia, tantos anos a frente na busca por justiça social, que vem trabalhando há muito contra os estereótipos de gênero na educação infantil, reconhece suas dificuldades ao deparar-se com as reações das crianças nas quais "investiu", o que resta a nós, pobres mortais do terceiro mundo? Para uma nação que oferece licenças de 1 ano e 3 meses a fim de que pais (ambos) acompanhem o crescimento dos filhos após o nascimento, a Suécia parece não ter encontrado a fórmula certa para este tipo de política pública: especialistas na área, que trabalham dentro das escolas, têm um reduzido índice de resultado, pequena mudança conclusiva que mostre a educação convergindo num pensamento geral para uma noção de identidade sexual neutra – objetivo da educação local. Ao mesmo tempo que as famílias parecem se contrapor a ideia da neutralidade sexual nos primeiros anos de vida, encontram-se num dilema em que assumir posturas dadas como conservadoras lhes qualificaria com uma reputação que não gostariam de receber e representar.

O fato de a reportagem aludir a país de primeiro mundo nos faz experimentar certo conforto. Mas este conforto é ilusório, pois é fácil perceber quão longe estamos da preocupação apresentada no contexto sueco; desiludimo-nos quando percebemos que as normativas curriculares parecem inviabilizar questões há muito presentes nas pautas sociais mundiais, que tratam de demandas pertinentes aos Direitos Humanos. Se simplesmente retiradas das discussões escolares diárias, não seremos pedagogicamente remetidos a uma Educação Infantil de gênero neutro, mas sim viveremos um retrocesso que sugere incompetência de nosso trabalho docente, por abandonar o tema sem antes ter consolidado uma educação sexual para o entendimento da igualdade.

VISIBILIDADES E INVISIBILIDADES DA BASE: PARA OUTRAS POSSIBILIDADES

Cabe-nos aqui ressaltar a importância de um documento norteador dentro do território nacional capaz de otimizar discussões sobre sexualidade no âmbito da corporeidade da Educação infantil. Percalços durante a leitura do documento nos fazem esbarrar em novas informações que podem ser úteis para subsidiar a discussão da incorporação de uma educação para a sexualidade e gênero para este público, como o caso do capítulo em que a BNCC trata dos fundamentos pedagógicos, quando o documento nos remete a consultar o *Caderno de Educação em Direitos Humanos*(BRASIL, 2013). Este, por sua vez consultado, diz em suas Diretrizes que a Educação Básica mesma deve efetivar o acesso às informações para a ampliação da divulgação dos direitos humanos e trás, em uma das dimensionalidades que aprimorariam esta busca pelo conhecimento, o que chama de *educação em sexualidade*(BRASIL, 2013, p. 47).

Acreditamos que, tomando o documento como norteador das propostas curriculares, visibilidades e invisibilidades de gênero e sexualidade só serão plenamente corrigidas quando escola, redes e sistemas de ensino utilizarem-se de autonomia e competência para incorporar em seus currículos abordagem contemporânea que perpassa pela realidade atual. Servindo de impulso um excerto da mesma BNCC:

> [...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2018, p. 13)

Considerando que o interesse dessa escrita foi analisar como os enunciados relacionados ao corpo infantil e a sexualidade regulam, governam e produzem determinados tipos de subjetividade na escola, interessa-nos ainda pensar propostas de trabalho que minimizem os atravessamentos discursivos referentes à sexualidade das crianças, buscando novos estudos que concedam formas de garantir aprendizagens em relação a corpo, gênero e sexualidade. O desenvolvimento de tal processo requer, sobretudo, romper com a acomodação e a alienação.

NOTAS

[1] Utilizaremos aqui e no decorrer do texto, além dos vocábulos *governamentalidade* e *governo,* o termo *governamento,* de acordo com Veiga-Neto, que sugere a ressurreição do termo *governamento* (de uso corrente na língua francesa) na língua portuguesa relacionado à ação ou ato de governar. Separa-se assim a ideia de governo relacionando a instituição do Estado, enquanto a de *governamento* diz respeito a "ações distribuídas microscopicamente pelo tecido social, por isso, soa bem mais claro falarmos aí em práticas de *governamento*" (VEIGA-NETO, 2005, p.21).

[2] A Base Nacional Comum Curricular - é um documento normativo que aponta o conjunto progressivo de aprendizagens que os alunos devem desenvolver nas etapas e modalidades da Educação Básica. Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), fica definido que a Base deve subsidiar currículos das escolas do país, públicas e privadas, de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

[3] Doravante iremos utilizar as iniciais BNCC quando nos referirmos a Base.

[4] Quando utilizamos os termos oficializam e oficial, não os utilizamos no sentido de que compactuamos com a ideia de que existe uma infância oficial, mas, sim, que por muitos discursos, principalmente os das políticas públicas e curriculares se estabelece um estatuto de infância oficial. Infância esta que precisa ser protegida e amparada pelas políticas que se destinam a elas.

[5] Com a Emenda Constitucional nº 59/2009 a Educação Infantil passa a ser obrigatória para crianças de 4 e 5 anos, tornando a Educação Básica competência dos 4 aos 17 anos de idade.

[6] O Professor Júlio Furtado é colunista do espaço "Opinião", parte integrante do jornal "O Dia", de circulação no estado do Rio de Janeiro. A coluna intitulada "Base para uma escola sem base" foi publicada em 21 de abril de 2018.

[7] Material educativo amplamente divulgado é kit *Escola Sem Homofobia*, pronto para ser lançado pelo Ministério da Educação em 2011. A mídia e o público contrário à distribuição do material o chamou de *kit gay*. A então presidenta Dilma Rousseff vetou sua distribuição.

[8] Exemplo de reportagem que remete ao tema foi publicada na Folha de São Paulo em 25 de junho de 2015, sob o título "Por pressão, planos de educação de oito estados excluem 'ideologia de gênero'" (Brito e Reis, 2015). Este texto traz as bancadas religiosas do congresso como responsáveis pelas mudanças.

REFERÊNCIAS

BERRY,Ellen. In Sweden's Preschools, Boys Learn to Dance and Girls Learn to Yell. Traduzido para o português pelo site UOL **Nas pré-escolas da Suécia, os meninos aprendem a dançar e as meninas, a gritar.** Europe: The New York Times, March 24, 2018. Presente em: https://www.nytimes.com/2018/03/24/world/europe/sweden-gender-neutral-preschools.html?ref=nyt-es&mcid=nyt-es&subid=article e site UOL . https://noticias.uol.com.br/midiaglobal/nytimes/2018/04/01/nas-pre-escolas-da-suecia-os-meninos-aprendem-a-dancar-e-as-meninas-a-gritar.htm?mobile Acessado em 20/04/2018, 20h30.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/ Acessado em 15 de abril de 2018.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Caderno de Educação em Direitos Humanos.** Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 15 de abril de 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do "sexo". In.: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015, p. 151–172.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. GUIZZO. Bianca S. **Políticas Curriculares De Educação Infantil:** Um Olhar Para as Interfaces Entre Gênero, Sexualidade e Escola. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 191-201, jan./abr. 2016

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In.: **Michel Foucault filósofo**. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161.

DORNELLES, Leni V. **Infâncias que nos escapam:** da criança na rua à criança cyber. Petrópolis: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1:** A vontade de saber. 3. ed. São Paulo: Paz &Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2:** O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. Aula de 25 de janeiro de 1978. In.: FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População.** São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 73-116.

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: _____. **Microfísica do poder.** 18.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Editora Nau, 1996.

FELIPE, Jane. **Infância, Gênero e Sexualidade**. Revista Educação & Realidade: UFRGS, Porto Alegre, 25(1), p. 115-131, jan/jun 2000.

FELIPE, Jane. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais**: implicações para a educação infantil. Revista Géledes Instituto da Mulher Negra, 12 de setembro de 2016. Presente em: https://www.geledes.org.br/genero-e-sexualidade-nas-pedagogias-culturais-implicacoes-para-educacao-infantil/ Acessado em 22/04/2018, 21h40.

FURTADO, Júlio. Base para uma escola sem base. Coluna Opinião, Jornal O Dia. Rio de Janeiro, 21 de abril de 2018. Presente em: https://odia.ig.com.br/opiniao/2018/04/5533715-base-para-uma-escola-sem-base.html#foto=1 Acessado em 22/04/2018, 21h46.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª edição. Petrópolis - RJ: Editora Vozes,

2014

REIS, Toni; EGGERT, Edla. **Ideologia de gênero:** uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. Educ. Soc., Campinas, v. 38, nº. 138, p.9-26, jan.-mar., 2017. Presente em: http://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-38-138-00009.pdf

SANTAIANA, Rochele da Silva. **Educação Integral no Brasil:** a emergência do dispositivo de intersetorialidade. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PPGEDU: Porto Alegre, 2015.

SEFFNER, Fernando. **Tem nexo não falar de sexo na escola?** Revista Textual, 25ª edição, SINPRORS, maio de 2017. Presente em: https://www.sinprors.org.br/textual/maio_2017/Tem_nexo_n%C3%A3o_falar_sobre_sexo_na_escola.pdf Acessado em 22 de abril de 2018.

SEFFNER, Fernando. **Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação**: tempos difíceis e novas arenas políticas. Reunião Científico Regional XI ANPED Sul. Curitiba: XI ANPED SUL, 2016. Presente em http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-18-G%C3%AAnero-Sexualidade-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf Acessado em 3 de abril de 2018, 18h56.

SILVA, Tomaz Tadeu. As pedagogias psi e o governo do eu nos regimes neoliberais. In: _____(Org.). **Liberdades reguladas:** a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 7-13.

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In: ORLANDI, Luiz; RAGO, Margareth (Orgs.). **Imagens de Foucault e Deleuze:** ressonâncias nietzschianas. 2.ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2005.

WEEKS, Jefrey. **O Mal Estar da Sexualidade:** significados, mitos e sexualidades modernas. Tradução de Alberto Magnet. Madri: Talasa, 1993.